



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTARÉM  
**GABINETE DO PREFEITO**

PROJETO DE LEI Nº \_\_\_\_/2025.

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A  
VENDER FRAÇÃO DO SOLO URBANO DE  
SEU DOMÍNIO NESTA CIDADE A  
ARQUIDIOCESE DE SANTARÉM

O Prefeito Municipal de Santarém faz saber que a Câmara Municipal de Santarém aprovou e ele faz sancionar a seguinte Lei:

**Art. 1º** Autoriza o Prefeito Municipal a alienar, sob a forma de venda, área pertencente ao Município situada na *“Rua São João, s/n, entre Rua Marajó e Avenida Curuá-Una, Bairro Vigia, Zona Sul (a 142,88 metros da Avenida Curuá-Una). Limitando-se: ao Sul, para onde faz frente, com Rua São João, medindo 67,74 metros; a Oeste, com Ana Mesquita, medindo 65,59 metros; ao Norte, com Rua Santa Luzia, medindo 57,23 metros; e a Leste, com Maria Lucinete de Oliveira, medindo 63,70 metros, com uma área total de 4.015,14m<sup>2</sup>”*, em favor de ARQUIDIOCESE DE SANTARÉM, CNPJ sob o n. 05.713.128/0001-16, Análise de Projeto nº 1.066/2024 - 1DOC/SEHAB.

**Parágrafo único.** O uso do imóvel será de acordo com a regulamentação estabelecida na Lei de uso e ocupação do solo.

**Art. 2º** Decorrido o prazo de 45 (quarenta e cinco) dias, contados da data desta Lei, sem que o favorecido tenha manifestado interesse para a conclusão do ato administrativo, mesmo já sendo do seu conhecimento, o referido processo será declarado encerrado e definitivamente arquivado, mediante determinação do Chefe de Divisão de Legalização Patrimonial.

**Art. 3º** Esta alienação será consolidada com registro no Cartório de Imóveis desta Comarca, sendo que a cópia do respectivo registro deverá ser arquivada na Secretaria Municipal de Habitação e Regularização Fundiária - SEHAB.

**Art. 4º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santarém, em 15 de setembro de 2025.

**JOSÉ MARIA TAPAJÓS**  
Prefeito Municipal de Santarém





PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTARÉM  
**GABINETE DO PREFEITO**

**JUSTIFICATIVA**

Ref. ao Projeto de Lei nº \_\_\_\_\_/2025, que autoriza a alienação de fração do solo urbano do domínio municipal a ARQUIDIOCESE DE SANTARÉM.

Exmo. Sr. Presidente,

Exmo (a)s. Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras.

Consubstanciado na Lei Municipal 17.775/03, de 13.08.03, que estabelece critérios sobre a composição, defesa, utilização e alienação de bens públicos do Município de Santarém foi devidamente analisado e seguido os procedimentos inerentes ao pleito formulado por ARQUIDIOCESE DE SANTARÉM, CNPJ sob o nº 05.713.128/0001-16, mediante Análise de Projeto nº 1.066/2024 - 1DOC/SEHAB, para aquisição por compra do Município de Santarém, relativo ao imóvel, situado na *“Rua São João, s/n, entre Rua Marajó e Avenida Curuá-Una, Bairro Vigia, Zona Sul (a 142,88 metros da Avenida Curuá-Una). Limitando-se: ao Sul, para onde faz frente, com Rua São João, medindo 67,74 metros; a Oeste, com Ana Mesquita, medindo 65,59 metros; ao Norte, com Rua Santa Luzia, medindo 57,23 metros; e a Leste, com Maria Lucinete de Oliveira, medindo 63,70 metros, com uma área total de 4.015,14m<sup>2</sup>”*. Nestas condições, diante do que determina o artigo art. 23, I, da citada Lei Municipal nº 17.775/03, venho apresentar Projeto de Lei que autoriza a alienação relativo ao imóvel em apreço a ARQUIDIOCESE DE SANTARÉM. Submetendo à apreciação desse Poder Legislativo, uma vez cumpridas todas as diligências administrativas prévias necessárias para esse fim, e, observado o interesse público.

Outrossim, informo que o imóvel se encontra na posse da Requerente, sendo adequadamente tratado, cumprindo assim com a função social da área, não havendo óbice ou prejuízo ao patrimônio municipal.

Santarém, 15 de setembro de 2025.

**JOSÉ MARIA TAPAJÓS**  
Prefeito Municipal de Santarém

